



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

ATA N.º 6

MANDATO 2017/2021

Aos vinte e oito dias do mês de março do ano dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Valongo, realizou-se uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Valongo, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1 - Intervenção do público; -----

ORDEM DO DIA -----

2 – DISCUTIR E VOTAR PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE: -----

2.1 -1ª Revisão do Orçamento e 1ª Revisão das Grandes Opções do Plano do ano 2018; -----

Estavam presentes trinta e um elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respetivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Presidente da Câmara José Manuel Pereira Ribeiro, os/as senhores/as vereadores/as Orlando Gaspar Rodrigues, Paulo Jorge Esteves Ferreira, José Maria Veloso Delgado, Luís Miguel Mendes Ramalho, Alberto Frenando Correia Neto e Vânia Marta da Silva Moreira Penida. -----

Verificou-se as substituições ao abrigo do art.º 78º da lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal César Augusto de Oliveira Ferreira, Daniel Filipe Alves Felgueiras, Fernando Jorge das Neves Ferreira, Maria da Trindade Morgado do Vale, Paulo Miguel da Silva Santos, Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa, tendo sido substituídos, respetivamente, por Adelino Joaquim Machado Soares, Joaquim António Leitão de Almeida, Tiago Alexandre Gaspar Sabença, Luís Paulo Moreira Cunha, Joaquim Jerónimo Pereira e Sandra Maria Nunes Ribeiro da Silva Rebelo. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, deu início à reunião. -----

O Senhor **Primeiro Secretário, António Joaquim Queijo Barbosa**, procedeu à chamada dos Membros da Assembleia Municipal. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão o ponto 2.1 -1ª Revisão do Orçamento e 1ª Revisão das Grandes Opções do Plano do ano 2018. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal da CDU, Adelino Joaquim Machado Soares**, fez a seguinte intervenção: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

“1.ª Revisão do Orçamento e 1.ª Revisão das grandes Opções do plano do Ano 2018 Questões prévias

- Qual a razão de ter sido adiada a Oficina do Brinquedo Tradicional Português para o próximo ano? Saliente-se que foi reduzida a verba disponível em 260 mil euros ou segundo o quadro em 306 mil euros, mas esta redução não foi inscrita no ano de 2019. -----
- O que leva a CM a cativar a verba de 1,5 milhões de euros para a expropriação do Campo de Sonhos? Há alguma indicação do gabinete jurídico que não seja do conhecimento desta AM?
- Foi aumento em 127 mil euros (segundo a página nº 2) ou em 131 mil euros (segundo a 2ª página da tabela) a verba para estudos, pareceres, projetos e consultadorias (num total de 658 mil euros), qual o destino desta verba? -----
- Relativamente à rubrica “Outros trabalhos especializados”, há um aumento de 377 mil euros, perfazendo um total de 1,8 milhões de euros. Quais são esses trabalhos? -----
- Já os valores inscritos na rubrica “Outras despesas correntes” é de 3,6 milhões de euros, tendo um aumento de 364 mil euros. O que encerra esta rubricas? -----
- Qual o equipamento que será adquirido para a polícia municipal? É com este valor que vai ser adquirido “carros e armas” [intervenção do Sr. Presidente na Reunião de Câmara aquando da votação do orçamento]? E o corpo da polícia? Como será contratado, se não foi possível contratar dois seguranças para o policiamento da loja do cidadão em Ermesinde e foi necessário recorrer a uma empresa? -----
- A compra do terreno para as piscinas de Campo/sobrado foi esquecida? Foi aberta rubrica na altura do orçamento, mas agora não houve reforço algum, o que inviabiliza a compra. -----
- Já foi celebrado o protocolo de cedência da parte do pavilhão da Bela pertencente à JF de Ermesinde? Caso não tenha sido, então como é possível agora as obras e no outro mandato não eram?” -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, António Fernando Correia Monteiro**, disse que aquando da discussão do orçamento para 2018 manifestaram a sua discordância e avançaram com algumas ideias, como a questão da habitação social, que continua com uma lista de espera de mais de mil famílias, e há 20 anos que não há qualquer intervenção nessa área. -----

A urgente necessidade de aquisição de uma ou mais viatura de passageiros dada a carência de apoio às associações e escolas com uma falta de resposta às necessidades que sentem nas suas deslocações no exercício das suas atividades. -----

A escola E.B. 2.3 Vallis Longus, que apesar dos alertas da comunidade educativa para a necessidade de uma intervenção que não se vislumbra qualquer tipo de cabimentação para as necessidades mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

urgentes. A requalificação desta escola é da responsabilidade do governo mas não podem deixar de chamar a Câmara à atenção que com um saldo de gerência de 3 milhões 226 mil novecentos e trinta e três euros, não criam uma rubrica com um montante que possa minimizar estas situações mais aflitivas ou de imediata necessidade. -----

O BE está a aguardar a discussão no parlamento de um projeto de resolução que recomenda ao Governo a requalificação urgente da escola E.B 2.3 Vallis Longus. -----

Gostariam de pedir alguns esclarecimentos, existe uma verba destinada à ampliação do Centro de Interpretação Ambiental, e tendo em conta que este encontra-se encerrado, ou abre quando solicitado, e mesmo assim não abre para todos já que numa iniciativa do BE viram recusado um pedido, assim perguntava o que se pretende com um reforço para o Centro de Interpretação Ambiental. -----

Em relação à verba destinada para requalificação da Praça Machado dos Santos gostariam de saber o que é que se pretende, a praça foi requalificada há uns anos, muita celeuma deu na altura em que esteve meses e meses fechada e depois apareceu a requalificação ao fim daqueles meses todos; desapareceram as árvores, desapareceu o lago dos patos, aquilo que era um ex-libris da cidade na altura deixou de existir, há verbas bastantes elevadas para a requalificação dessa praça, e perguntam exatamente o que é que se pretende fazer. -----

Outra questão, há algumas rubricas, assim como o reforço para o pavilhão da Bela e o Centro Veterinário, mas os valores que lá estão não são os valores que foram aprovados em orçamento, portanto veem numa revisão orçamental um reforço de 120 mil euros para o pavilhão da Bela, reforço de 139 mil para o Centro Veterinário, e no orçamento que foi aprovado em dezembro para 2018 os valores são exatamente os mesmos que lá estão. -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, Arnaldo Pinto Soares**, disse que aquilo que Alfena teve no orçamento foram obras não realizadas no ano passado, nomeadamente a famosa ponte de Cabeda e a rua de Vilar. -----

Como tiveram tão pouco no orçamento estava expectante que com a integração do saldo, de 3,2 milhões de euros, fosse feita alguma justiça em Alfena, mas no ano passado tinham 140 e tal mil euros para a recuperação do moinho, este ano tinham 5 mil no orçamento passaram a ter 10 mil euros, no ano passado eram preciso 140 mil, não se fez nada para a recuperação do moinho, este ano têm 10 mil com certeza não se fará. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Depois tem um reforço de 20 mil euros para rua de S. Vicente, para a ponte de Cabeda, talvez sejam os 20 mil euros que faltam para acabar a obra que já vai a caminho dos 10 meses, uma obra de 150 dias. -----

Têm um reforço para a requalificação da rua de Vilar, é importante a requalificação da rua de Vilar e o acesso ao Hospital. -----

Os acrescentos dão 204 mil euros e depois veem uma redução de 306 mil euros, ou seja há 3.2 milhões de euros para integrar, de alguma forma esperavam que fosse melhorado aquilo que foi o orçamento para Alfena, e verificam que Alfena ainda perdeu 102 mil euros. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal da CDU, Adelino Joaquim Machado Soares**, disse que tiveram a informação que à verba de 3 milhões e 900 mil euros, destinada à requalificação da Escola Secundária de Ermesinde foram retirados cerca de 300 mil, pretendia saber se isso corresponde à verdade. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que estão a fazer uma revisão ao orçamento porque o Orçamento de Estado introduziu uma novidade que permite aos municípios fazer a incorporação de saldo do ano anterior mais cedo. -----

Neste momento o Município está em litígio com o Estádio Municipal de Ermesinde e por motivos que se prendem com a defesa da Câmara, e tendo em conta que houve uma avaliação de 157 mil euros, efetuada por uma comissão de avaliadores, tendo disso a única forma de obter a declaração de utilidade pública por parte da DGAL, depois de uma primeira avaliação que apontava para um valor de 300 mil euros, posteriormente o Tribunal entendeu convidar avaliadores, da mesma lista, que avaliaram em 1.5 milhões de euros, e a Câmara teve que efetuar esse depósito de 1,5 milhões de euros para poder contestar e caso contrário o equipamento reverte novamente para o proprietário. -----

O equipamento foi expropriado, tiveram que depositar o 1,5 milhões de euros, ao fazê-lo tiveram que ir às rubricas onde era possível utilizar verba, e isso prejudicou-os na gestão do orçamento, estão a falar do mesmo orçamento, trata-se de uma revisão ao orçamento da Camara Municipal de Valongo. -----

Relativamente à questão do pavilhão da Bela estão a repor o valor que estava no orçamento e tinha sido retirado, nessa e noutras rúbricas, ou seja não há um aumento do investimento. -----

Quanto à Oficina do Brinquedo houve um erro no documento do PPI, embora conste no texto da deliberação, um erro que teve a ver com a transposição, e na próxima alteração do orçamento isso será contemplado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Disse de seguida que a Câmara de Valongo, sem ter fundos comunitários, vai assumir os projetos e as especialidades da Escola Básica do Vallis Longus, uma escola que não é da Câmara, mas sabendo que o Governo prepara-se para empurrar para as câmaras as escolas, entenderam que a melhor forma de defender o Município no âmbito da descentralização é a Câmara aparecer com um projeto, sabendo exatamente quanto é que custa uma obra que dê dignidade àquela escola. -----

Sobre a Escola Secundária de Ermesinde fizeram um procedimento concursal, lançaram um concurso público internacional, houve varias empresas que concorreram e os valores caíram, e houve uma verba de 300 a 400 mil euros que foi uma sobra, verba que pouparam no âmbito da adjudicação. e perguntaram à CCDR de podiam utilizar essa verba remanescente em obras adicionais na escola e foi-nos dito que não, tinham duas hipóteses ou assumiam manter a verba para a Escola Secundária de Ermesinde perdendo-a, ou utilizá-la na outra escola que está mapeada que é a Escola Secundária de Valongo, que vai dar para pagar o projeto e mudar as coberturas. -----

Sobre a Polícia Municipal é reposta a verba, não sabem exatamente, trata-se de um processo que está a arrancar e que só é concretizável pós autorização do Governo, processo que demorará cerca de um ano, e implica dar formação a funcionários, comprar equipamentos, comprar veículos e preparar instalações para acomodar e acolher a Policia Municipal. -----

Quanto à questão da compra do terreno da piscina, é uma rubrica aberta, é uma intenção que assumiram, é importante manter a rubrica aberta. -----

Relativamente ao pavilhão da Bela, ainda não há protocolo, há abertura e vontade, e a verba serve para fazer projeto, projeto de especialidades, e depois vão ver quanto é que precisam para reabilitar aquele pavilhão e coloca-lo ao serviço da comunidade. -----

Sobre a questão do veículo para as escolas sabem que é uma necessidade, há necessidade de comprar veículos, têm uma rúbrica aberta para veículos, mas de momento estão a estudar a melhor hipótese, até porque nos próximos tempos vai haver necessidade de comprar veículos por causa do limite legal temporal para transportar crianças nos veículos, que não podem ter mais que 16 anos. -----

Relativamente ao Centro de Interpretação Ambiental, e a propósito da questão da visita dos Senhores Deputados do BE, não se recorda de ter sido pedido o CIA, pode estar errado porque normalmente dão acesso ao CIA, mas está convencido que não foi pedido. -----

O que pretendem fazer no CIA, que é uma necessidade urgente, estão a falar de vários parceiros, o CIA para além da componente que tem, tem uma componente que não existe relacionada com a Mineração Romana, tendo em conta que nos últimos estudos no âmbito do Parque das Serras do Porto, nos últimos estudos das Serras do Porto, os estudiosos e autoridades da matéria afirmaram que no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

território, também em Paredes, existe o maior complexo mineiro subterrâneo do Império Romano, assim têm que ter condições para falar disso aos visitantes. -----

A Praça Machado dos Santos foi incluída no âmbito do PEDU, designadamente na componente da mobilidade, de resolver um problema grave, e antigo, que é uma situação que pode criar uma mobilidade diferente o alargamento da travessa da Passagem, e nesse âmbito foi possível incluir uma intervenção no sentido de tornar a Praça mais amiga retirando-lhe obstáculos. -----

Depois a questão da ponte de Cabeda, não tem a certeza mas os 20 mil euros tem a ver com o calvário daquela obra, a culpa é dele, já o disse à população, não atiro a culpa a ninguém. É o que dá começar obras antes das eleições-----

Disse de seguida que o Membro, Alexandre Teixeira, lhe perguntou, antes do início da sessão, sobre os seguros de saúde ou acidentes de trabalho, o contrato ligado aos seguros tem 3 anos. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do CDS/PP, Alexandre Manuel da Silva Teixeira**, fez um ponto de ordem à Mesa invocando o regimento que diz que são concedidas as palavras para os Senhores Membros colocarem as questões, é depois dada a palavra para o Senhor Presidente da Câmara para responder a essas questões, e o Senhor Presidente da Câmara tinha que responder às questões que lhe foram pedidas no âmbito da ordem de trabalhos e não responder a perguntas que não foram colocadas.-----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Daniel Torres Gonçalves**, disse que aquilo que o Membro Alexandre Teixeira disse é importante, o Senhor Presidente da Câmara não tem que aproveitar o espaço da Assembleia para propagandear aquilo que acha pertinente. -----

Relativamente à expropriação do campo de Sonhos foi dito pelo Senhor Presidente que o depósito de 1,5 milhões tinha a ver com a defesa em Tribunal, mas tem sim a ver com o facto de existir uma decisão judicial que é desfavorável ao Município, um dossier que já custou 300 mil euros ao Município. -----

Quando o Senhor Presidente assumiu funções criticou o acordo que existia relativamente ao campo de Sonhos, com o valor de 1,3 milhões de euros, que não avançou, e as coisas não correram bem. -----

Agora o Senhor Presidente da Câmara tem que assumir que tem responsabilidade no custo de 1,5 milhões de euros, que foi da sua gestão, que o valor em vez de ser 1,3 milhões de euros passou a ser de 1,5 milhões de euros. -----

Solicitou de seguida que fosse informado de quando foi que a Câmara soube da obrigação de efetuar o depósito. -----

Solicitou o ofício da DGAL que diz não aceitar o valor da primeira avaliação, de 300 mil euros. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que quando foi eleito havia um acordo, que não tinha sido assinado, no sentido de dar o campo de jogos dos Montes da Costa para construção de habitação, e não foi assinado por várias razões porque isso não era possível, pois uma parte daquele espaço foi expropriado para equipamento desportivo, e entregar uma coisa que foi expropriada para determinado fim e depois entrega-la para construção civil dá para reverter, e a outra parte foi cedida no âmbito do loteamento. -----

Depois não fazia sentido a cidade de Ermesinde que só tinha o campo de jogos dos Montes da Costa abdicar do mesmo para ter o campo de Sonhos, e nesse sentido entenderam manter o campo de jogos dos Montes da Costa e ficar com o campo de Sonhos. -----

Reuniram com o proprietário, que não foi fácil, propuseram-lhe terrenos em Valongo, que inicialmente aceitou e depois recusou, até que não foi possível entrar em acordo e avançaram com a expropriação. Informou que o que existe é um acordo arbitral na fase administrativa do processo, e agora é que entra na fase judicial, e para o Município se defender teve que depositar a verba de 1,5 milhões de euros. ---

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Daniel Torres Gonçalves**, disse que a forma como o Senhor Presidente da Câmara abordou a questão o deixou com muitas expectativas, que o Município não ia ter que pagar nada, e até agora ainda não se viu nada. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.1 -1ª Revisão do Orçamento e 1ª Revisão das Grandes Opções do Plano do ano 2018, tendo sido **aprovado por maioria** com a seguinte votação: -----

Votos Favor: 18 votos a favor, sendo: 15 votos do Grupo Municipal do PS, 1 do Presidente de Junta da Freguesia de Campo e Sobrado Alfredo Costa Sousa, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde João Fernando da Costa Morgado e 1 voto do presidente de Junta da Freguesia de Valongo Ivo Vale das Neves. -----

Votos Contra: 10 votos contra, sendo: 7 votos do Grupo Municipal do PPD/PSD, 2 votos do Grupo Municipal da CDU e 1 voto do Grupo Municipal do BE. -----

Abstencões: 3 abstencões, sendo: 2 abstencões do Grupo Municipal do CDS/PP e 1 abstencão do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Arnaldo Pinto Soares. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Daniel Torres Gonçalves**, fez a leitura de uma **Declaração de Voto** anexa à presente ata como **Doc.1**, cujo teor se transcreve. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

“A bancada municipal do PSD votou contra a 1.ª revisão das grandes opções do plano do ano de 2018, fundamentando a sua posição nos seguintes pontos: -----

1. A revisão o orçamento e das grandes opções do plano do ano de 2018 constitui mais uma oportunidade perdida para suprir as lacunas apontadas pelo PSD aquando da votação dos documentos originais. Na verdade, mantém-se um orçamento que assenta o aumento das receitas na penalização dos valonguenses (recorde-se o aumento do preço da água e saneamento, o aumento do IMI, a manutenção da derrama e da participação variável no IRS); -----

2. Não podemos deixar de sublinhar a circunstância de metade do saldo de gerência destinado ao processo relativo á expropriação do Estádio dos Sonhos. Não ficamos satisfeitos com o ponto em que se encontra o processo, mas não podemos deixar de reparar que a gestão que o Sr. presidente da Câmara fez deste dossier já custou ao município €300.000,00. Bem sabemos que o presidente anunciou que conseguiria, neste processo, fazer e desfazer à sua vontade, a decisão nesta fase (que, note-se, já obrigou o Município a proceder ao depósito de €1.500.00,00) é muito mais penosa do que a solução que o executivo do PSD havia encontrado para o problema e que tanto foi criticada pelo Presidente da Câmara; -----

3. Não só se mantém, como se reforça a opção opaca de apostar nas rúbricas outros – refira-se rubrica Outros bens reforçada com €14.939,00, a rubrica Outros trabalhos especializados reforçada com €377.230,00 e a rubrica Outros serviços reforçada com €364.483,17. Tais rubricas não abonam a favor da autoproclamada transparência do executivo e são de evitar. O PSD continuará a pugnar pelo esclarecimento aos Valonguenses sobre o real destino dos valores orçamentados nas mencionadas rubricas; -----

4. Por fim, refira-se que nunca foi vontade do executivo discutir esta revisão com a oposição, uma vez que nem sequer apresentou a proposta de revisão aos vereadores sem pelouros.” -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do CDS/PP, Alexandre Manuel da Silva Teixeira**, fez a seguinte **Declaração de Voto**: -----

“Bem sabemos Senhor Presidente da Mesa que a população chamada a votar nas recentes eleições autarcas entendeu que dar a maioria do PS na Câmara Municipal, e entendeu dar a maioria ao PS nesta Assembleia Municipal. -----

Hoje fomos chamados a votar a primeira revisão orçamental do Executivo que resultou das eleições de há cinco meses atrás, hoje fomos chamados a votar a primeira revisão do orçamental de um orçamento aprovado há três meses, e o que é que aconteceu nestes três meses, o tempo onde por enquanto só cabe uma das quatro estações do ano ainda só se passaram três meses e estamos a fazer a nossa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

primeira revisão, e o que é que se passou que justifique estas revisões das contas do executivo aconteceram sobretudo duas coisas: -----

Umás que não contávamos com elas; nomeadamente: a aprovação e a libertação das verbas, ou seja a aprovação de algumas candidaturas e a libertação das verbas que vinham a transitar do ano anterior, outras sabíamos das suas existências mas estavam guardadas no bolso para serem reveladas logo após as eleições autárquicas. -----

Considerando que sempre foi garantido por este Executivo mesmo durante o período de campanha eleitoral, que lhe deu a maioria, que a expropriação do Estádio dos Sonhos em Ermesinde não custaria mais de 140 mil euros, sempre foi assegurado por quase a totalidade da oposição que custaria mais de 1 milhão de euros há três meses este mesmo executivo inscreveu 140 mil euros no orçamento, três meses depois, hoje pede a esta Assembleia que disponibilize mais de 1 milhão de euros exatamente para o mesmo fim. -----

Considerando a mordaz e insistência do aparecimento de verbas sem destino claro e uso duvidoso, estudos pareceres, projetos e consultorias 130 mil euros, outros trabalhos especializados, 377 mil euros, outros serviços 364 mil euros, e a melhor de todas entre as outras existe uma outra rubrica chamada "outras" que tem aí mesmo 340 mil euros. -----

Considerando que sem que o número de recursos humanos justificasse e isto foi o que o Senhor Presidente tentou atabalhoadamente explicar que justificasse um aumento. -----

A verba dos seguros dos acidentes de trabalho e doenças profissionais foi reforçada em mais 40 mil euros, das duas uma: ou os recursos anteriormente estavam desprotegidos ou agora existe desperdício, tenho porém uma ténue esperança que esta verba faça parte do apoio eventual às corporações dos bombeiros de Valongo ou de Ermesinde, só assim acolheria o entusiasmo do CDS. -----

Considerando a adição de uma verba de 5 mil euros para a reabilitação do Moinho da Levada do Cabo em Alfena, e é meramente decorativa por insuficiência para as obras que aí justificam. -----

Considerando depois de tudo isto que aqui ouvimos que as instituições sem fins lucrativos veem um reforço envergonhado de 33 mil e 500 euros, quando muitas delas estão em sérias dificuldades, há seis dias atrás falamos com uma que está no limiar da sobrevivência e pacteando na vida mais de 100 pessoas. -----

Por estas razões mas querendo continuar a dar condições ao Executivo para cumprir o seu papel o CDS absteve-se nesta primeira revisão orçamental." -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal da CDU, Adelino Joaquim Machado Soares**, fez a leitura de uma **Declaração de Voto** anexa à presente ata como **Doc.2**, cujo teor se transcreve: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

“Na votação do Orçamento/Plano de Atividades 2018, optamos por votar contra, evocando um conjunto de razões por todos já conhecido. -----

O PS, agora com maioria absoluta, tem trilhado, ao longo destes pouco meses de duração do 2º mandato, um caminho de descrédito e de negligência, assente numa atitude egocêntrica, tomando as suas decisões unilateralmente e sem dar qualquer atenção às críticas da oposição. -----

Os erros desta governação vão-se somando, salientando-se: o negócio ruinoso dos parquímetros; o aumento do IMI, cujas consequências serão visíveis só no próximo ano; o aumento da derrama; o negócio que levou a futuros aumentos vergonhosos da água e o início de obras, como as de Cabeda, sem acautelar todas as necessidades para a sua conclusão. A par disto, o PS faz uso de publicidade paga a peso de ouro para diminuir o descontentamento dos valonguenses com todos estes desvaneios.

Para a CDU, esta revisão Orçamental, no valor de 3 milhões de euros (6% do total do orçamento), não é mais do que o reforço de verbas de uma estratégia definida aquando da elaboração do Orçamento/Plano de atividades, orçamento com um valor total de 49 milhões de euros. -----

Pelo exposto, não seria coerente que o nosso sentido de voto fosse diferente daquele que tivemos na votação do orçamento/plano de atividades de 2018, assim, iremos votar contra a 1ª revisão orçamental e 1ª Revisão das Grandes Opções do Plano do Ano 2018.” -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação a aprovação em **Minuta** do ponto 2.1, sendo **aprovado por unanimidade**, dando de seguida por encerrada a sessão. -----

O Presidente: _____

O 1º Secretário: _____

A 2ª secretária: _____